

7. Referências bibliográficas

ARENDT, Hanna: **A Vida do Espírito**. Trad. César Augusto de Almeida *et alii*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.

AUERBACH, Erich: **Mimesis**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. (4ª edição)

BAKHTIN, Mikhail: **Problemas da Poética de Dostoiévski**. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2013. (5ª edição)

BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo, 2008. (5ª impressão)

BOWRA, C. M.: *Historia de la Literatura Griega*. Trad. Alfonso Reyes. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica

BROWN, Peter: **La toge et la mitre: le monde de l'Antiquité tardive**, Thames & Hudson, 1995.

CAMERON, Averil: *El mundo Mediterráneo en la Antigüedad Tardía 395-600*. Trad. Teófilo de Lozoya. Barcelona, Crítica, 1993.

CAMERON, Averil: **Procopius and the Sixth Century** Routledge; Reprint edition (October 8, 1996)

CARRIÉ, Jean-Michel: Elitismo cultural e 'democratização da cultura' no Império Romano Tardio in **História**. Trad. Deivid Valério Gaia. Franca: UNESP, 2010, vol.29, n.1, p.p. 456-474. ISSN 1980-4369. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742010000100027>> Acesso em: 20/07/2014

CESAREA, Procopio de: **Historia de las guerras libros V-VI: Guerra Gótica** Introdução, tradução e notas de Francisco Antonio García Romero Biblioteca Clásica Gredos. Madri: Gredos, 2007.

CESAREA, Procopio de: **Historia de las guerras: libros I-II Guerra Persa**. Introdução, tradução e notas de Francisco Antonio García Romero. Biblioteca Clásica Gredos. Madrid: Gredos, 2000.

CESAREA, Procopio de: **Historia de las guerras: libros III-IV Guerra Vandala** Introdução, tradução e notas de Francisco Antonio García Romero. Biblioteca Clásica Gredos. Madri: Gredos, 2000.

CESAREA, Procopio de: **Historia de las guerras: libros VII-VIII**. Introdução, tradução e notas de Francisco Antonio García Romero Biblioteca Clásica Gredos. Madri: Gredos, 2007.

CESAREA, Procopio de: **Historia Secreta**. Notas de Juan Signes Codoñer. Biblioteca Clásica Gredos. Madrid: Gredos, 2000.

CÉSARÉE, Procope de: **Histoire Secrète**. Trad. e Comentários de Pierre Maraval. Paris: Les Belles Lettres.

COLLINGWOOD, R.G.: **A Ideia de História**. Lisboa: Editorial Presença, 2009. (9ª edição)

DUFFY, Eamon: **Santos e Pecadores**. Trad. Luiz Antônio Araújo. São Paulo: Cosac & Naify, 2000.

EYLER, Flávia Schlee: **História Antiga: Grécia e Roma - A formação do Ocidente**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio / Editora Vozes, 2014.

GIBBON, Edward: **Histoire de la décadence et de la chute de l'empire romain**. Tradução de M. F. Guizot. Paris: Ledentu 1828. Disponível em Gallica, Bibliothèque Nationale de France: ftp://ftp.bnf.fr/003/N0036466_PDF_1_1DM.pdf

GINZBURG, Carlos: **O Queijo e os Vermes**. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia de Bolso, 2008. (2ª reimpr.)

HARTOG, François : **L’histoire d’Homère à Augustin**. Paris : éditions du Seuil.

HARTOG: **Os antigos, o passado e o presente**. Brasília: Editora da UNB, 2003.

KALDELLIS, Anthony: **Procopius of Caesarea: Tyranny, History, and Philosophy at the End of Antiquity**. University of Pennsylvania Press 2004.

KAPLAN, Michel: **Byzance**. Paris: Les Belles lettres, 2009.p 216.

KAZHDAN, Alexander: **The Oxford Dictionary of Byzantium**. Oxford University Press.

KLANICZAY, Tibor (Org.) et alii: **Histoire comparée des littératures de langues européennes – L’Époque de la Renaissance**. Tomo IV, Crises et essors nouveaux (1560-1610). Amsterdam / Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, 1996-2000.

KOSELLECK, Reinhart: **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Editora da PUC – Rio, Contraponto, 2006.

LANÇON, Bertrand: **L’Antiquité Tardive**. Paris : PUF, 1997.

MAAS, Michel: **The Cambridge Companion to the Age of Justinian**. Cambridge University Press 2005.

MARAVALL, Pierre: **L’Empereur Justinien**. Paris : PUF,

MARROU, Heri Irénée: **Décadence romaine ou antiquité tardive ?**. Paris : Le Seuil, 1977.

MERCATI, Silvio Giuseppe: “Alemanni, Nicolò” (verbete) in **Dizionario Biografico degli Italiani** - Volume 2, 1960. Disponível em: http://www.treccani.it/enciclopedia/nicolo-alemanni_%28Dizionario_Biografico%29/

MIHĂESCU, H. “Introducere” in Caesarea, Procopius din: **Istoria Secretă**. Bucureste: Editura Academiei Republicii Socialiste România, 1972.

MOMIGLIANO, Arnaldo : **Les origines de la biographie en Grèce ancienne**. Strasbourg : Circé, 1991.

MOMIGLIANO, Arnaldo: **Problèmes d'historiographie ancienne et moderne**. Paris, Gallimard, 1983.

NEVEU, Bruno : Biographie et historiographie : le « Dizionario biografico degli Italiani » (tomes I-X). **Journal des savants**. 1971, N°1. pp. 32-67. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/jds_0021-8103_1971_num_1_1_1240>

ODIER, Jeanne Bignami: **La Bibliothèque Vaticane de Sixte IV à Pie XI**, 1973. Città del vaticano, Biblioteca Apostolica Vaticana, 1973.

OLIVEIRA, Julio Cesar Magalhães de: O Conceito de Antiguidade Tardia e as Transformações da cidade antiga: o caso da áfrica do norte. **Revista de Estudos Filosóficos e Históricos da Antiguidade**. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/cpa/article/view/803/615> > Acesso em: 20. 07. 2014

OZOUF, Mona : **Varennnes : La mort de la royauté (21 juin 1791)**. 2005. Paris, Gallimard, 2005.

SANTO, Mazzarino: **La Fine del Mondo Antico: le cause della caduta dell'impero romano**. Milão: Universale Bollati Boringhieri, 2009. (4ª edição).

SPERA, Lucrezia: “Cesare Baronio, ‘peritissimus antiquitatis’, e le origini dell’archeologia Cristiana” In: **Cesare Baronio tra santità e scrittura storica**. Roma: Viella, 2012. Disponível em: http://www.academia.edu/2916941/Cesare_Baronio_peritissimus_antiquitatis_e_l_e_origini_dell_archeologia_cristiana._In_Cesare_Baronio_tra_santità_e_scrittura_storica._p._393-423_ROMA_Viella_ISBN_978-88-8334-468-8

TOSI, Renzo: **Dicionário de Setenças Latinas e Gregas**. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo Martins Fontes, 2000.

TREADGOLD, Warren: **The Early Byzantine Historians**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007.

VEYNE, Paul : Ce que le christianisme a changé in L'Histoire n° 302. Paris: Outubro de 2005.

VOLTAIRE, **Le siècle de Louis XIV**. Paris : Charpentier et C^{ie} Libraires-Éditeurs, 1874.

8.
Anexos

ANÉKDOTA
OU
HISTÓRIA SECRETA
DE PROCÓPIO

Por
Ernest Renan

Traduzido do original em francês

por

Victor Villon

Texto publicado originalmente no

Journal des Débats,

19 de julho de 1857

De todos os problemas que levantam a crítica histórica, não há um mais singular do que aquele desencadeado pela *História Secreta* de Procópio. Até o começo do século XVII, a história havia sido para Justiniano somente um longo panegírico. Poucas figuras apareciam no passado com tanta majestade. Último herdeiro da grandeza romana, Justiniano parecia ter agrupado todos os raios, na entrada da noite da Idade Média. Seu nome, ligado à grande compilação que se tornou a legislação universal dos povos civilizados, desempenhava entre os juristas o papel de autoridade irrefragável, como aquela de Aristóteles entre os filósofos, como a Bíblia entre os teólogos. Sentado ao lado dele, a cortesã Teodora participava das mesmas homenagens, e o mosaico de São Vital de Ravena, mostrava-nos todos os dois no santuário e quase no patamar dos santos, era somente um eco na opinião acreditada pelos séculos.

Essa opinião parecia sem recurso, quando um hábil helenista, Nicolau Alemanni, descobriu por volta de 1620, entre os manuscritos do Vaticano, as páginas que deviam expor o monarca, por tanto tempo, adulado a todas as severidades da história. Sabia-se, por vagas informações, que em continuação a oito livros oficiais dedicados pelo historiador Procópio de Cesareia à glória de Justiniano constava um nono livro, que trazia o título suspeito de *Anékdota* (inédito), onde o autor vingara-se das adulações com singulares maledicências. É esse documento, colocado por muito tempo entre as obras perdidas ou de uma existência incerta, que Alemanni acabava de entregar à ciência. Logo nas primeiras linhas do pérfido apêndice, o autor faz confissões completas: sob o golpe do medo, em luta contra uma espionagem contínua, não pode, em sua história oficial, apresentar os fatos tal como ocorreram; agora, ao revelar as torpezas que teve que esconder em um primeiro momento, sabe perfeitamente ao que se expõe; a posteridade julgará como inverossímil o que ele vai dizer e irá colocá-lo entre os fazedores de tragédias.

A imaginação mais fecunda não saberia ultrapassar os sombrios horrores de quadro que nos oferece a *História Secreta*. Que imaginemos uma sociedade despida de sentido moral, onde a avidez grosseira das naturezas perversas seja a única lei, no inferno, onde dois funestos gênios reinam em vista do mal, cultivam com arte, amam por eles mesmos e pelo prazer que eles têm em fazê-lo, uma venalidade inaudita, uma degradação dos costumes que dificilmente se acredita, o roubo organizado, nenhuma segurança para as pessoas, o próprio bom senso atingido e a razão ameaçada, Bizâncio transformada ora em uma gaiola de loucos, ora em uma medonho covil onde o assassinato de milhares de pessoas era cometido de bom grado e em plena luz do dia, um mundo de envenenadores e de

assassinos, de frenéticos e de loucos; eis o pavoroso pesadelo que depreende, em duzentas páginas, o escrito singular que nós analisamos. Não é de forma alguma o crime grandioso da Itália do século XV, o crime cometido pelo arrebatamento de naturezas fogosas, tal como encontramos entre os celerados heroicos da escola dos Borgia; não é de forma alguma o crime cometido por teoria e com raciocínio, do qual o nosso Terror deu talvez o único exemplo; não é o crime covarde e vil, a perversidade por esgotamento, uma vergonhosa parte de devassidão de eunucos embriagados; a *História Secreta* é, sob esse aspecto, uma obra preciosa e sem igual, uma verdadeira obra de arte, sem que o autor tivesse desconfiado disso. O ideal da banalidade e do mal, o quadro de um século baixo e malvado, não achará jamais um tal mestre para pintá-lo. Após ter lido esse livro estranho, não mais nos espantamos com a hipótese à qual o autor recorreu para explicar tantos crimes; é que Justiniano e Teodora não são Homens, mas os demônios que, para fazer a maior quantidade de mal possível, tomaram a forma de seres humanos.

Uma questão se apresenta logo de primeira quando da publicação da *História Secreta*, e mantém ainda hoje a crítica em suspenso. Procópio adulator ou Procópio panfletário, qual deles merece confiança? Em um mentiroso, que revela ele mesmo suas mentiras, deve-se acreditar somente mediante provas; os motivos que o incitam a adular podem levá-lo a caluniar e, se, com uma confissão, ele retira todo crédito em seus primeiros relatos, desacredita, ao mesmo tempo, aqueles que substituem. Daí uma dúvida importante que dividiu os historiadores em dois campos: uns, como Montesquieu e Gibbon concederam confiança total à *História Secreta*; outros como Ludewig, La Ravalière e, em geral, a escola dos jurisconsultos, viram na *História Secreta* somente um libelo calunioso e buscaram explicar por motivos interesseiros essa estranha palinódia.

Para todo espírito não preocupado e, antes de qualquer exame, parece natural dar preferência à *História Secreta*. A crítica é desconfiada: todo golpe lançado contra a liberdade de falar ou de escrever a inquieta; o crime que ela menos perdoa aos soberanos é ter desejado enganá-la. Certo, do ponto de vista da moralidade da história, a presunção deve ser sempre feita contra aqueles que desconfiam da liberdade. No entanto, quando se trata de uma história velha de mil e trezentos anos, a imparcialidade é permitida, sobretudo quando motivos

particulares exigem que o historiador se mantenha atento e suspenda o seu julgamento.

A natureza humana, de fato, nunca é má sem compensação, e todas as vezes que um caráter nos é apresentado como absolutamente perverso é uma razão para duvidar da verdade desse retrato. É preciso dizer que, se os relatos de Procópio são exatos, Justiniano e Teodora foram, desde os tempos históricos, os dois seres mais malvados que existiram. Deixo de lado Teodora; cabe a outros examinar se as infâmias pelas quais é acusada são possíveis ou devem ser vistas como o fruto de uma imaginação suja que sonha com crimes quiméricos. Limitar-me-ei a Justiniano, direi que a tese fundamental de Procópio destrói-se pelo seu próprio exagero. Essa tese, repetida a cada página, é que Justiniano foi um inimigo gratuito da espécie humana e em particular do Império Romano. Todos os atos do seu governo, as medidas as mais inofensivas e às vezes as mais justas da sua administração são interpretadas nesse sentido. Ora, se excetuamos alguns dos primeiros Césares a quem um poder inaudito até então na humanidade deu vertigem, não parece que o amor do mal pelo mal tenha jamais sido um móbile suficiente para sustentar uma vida inteira e servir de princípio a um sistema de governo. Mesmo dando margem, tão grande quanto possível, à mentira oficial; mesmo separando profundamente o caráter pessoal dos soberanos e o seu papel histórico; mesmo confessando que celerados puderam fazer grandes coisas e se passar por grandes homens, para mim é impossível acreditar que um frenético haja deixado na história uma figura como aquela de Justiniano, nem admitir que um reino tão glorioso pela administração, pela legislação e pelas conquistas, haja podido ser a obra de um Domiciano assistido por uma Messalina. Homens execráveis, eu sei, reinaram sobre Roma sem que Roma tenha por isso deixado de ser a senhora do mundo; mas aqui o problema é bem diferente; é preciso explicar um renascimento, um último momento de vida em um corpo extenuado; é preciso explicar que um Império, no seu declínio que, pôde retomar ainda o cetro universal, exercer a soberania desde a Bretanha e o Saara até o Tigre, e fracassar os planos do mundo bárbaro já é mais do que metade vitorioso.

A desconfiança aumenta quando se examina de perto os procedimentos da crítica familiar a nossa história e seus hábitos de espírito. Ora são declamações

vagas sem feitos articulados; ora bisbilhotices de cidades gregas, palavras de criados pessoais, queixas de criados de um absurdo inacreditável. Frequentemente, por singulares distrações, o mesmo fato serve de base a críticas opostas. Justiniano é ao mesmo tempo um astucioso tirano que gastou uma prodigiosa atividade de espírito para torturar o gênero humano, e “um idiota como nunca foi visto, um grosseirão, um asno que obedece a rédea agitando as orelhas”. Procópio não imagina que ao mostrar o objeto de sua antipatia com essas cores ridículas, retira de si o direito de apresentá-lo como atroz. Uma violenta ideia preconcebida faz com que aceite as informações mais contraditórias quando se trata de denegrir o que ele odeia.

Mas é, sobretudo, nos julgamentos sobre a política exterior de Justiniano que sentimos a acusação de que tudo é sistematicamente interpretado no sentido do mal. Os negócios estrangeiros foram o grande lado do reino de Justiniano. Esse príncipe deu o modelo da verdadeira política que fora preciso seguir com os bárbaros; isolando-os e os ligando ao Império, fez no Oriente em relação aos eslavos o que deveriam ter tentado no Ocidente em relação aos germanos. Ora, é preciso dizer, seja tolice, seja cegueira voluntária, Procópio não entendeu nada dessa hábil conduta que assegurou ao Império do Oriente um prolongamento de mil anos de vida. As conquistas de Justiniano, se fossemos acreditar em seu detrator, foram motivadas somente pelo desejo de ter mais homens para tiranizar! É evidente que Procópio pertencia a um partido exclusivo, conservador de velhas tradições romanas, oposto à adoção dos eslavos e a todo entendimento com eles. Jamais as tendências estreitas do espírito grego e seu desdém pelo estrangeiro traíram-se com mais ingenuidades. Certo, Procópio de Cesareia era escusável, como todos os seus contemporâneos, de não perceber o elemento sério e moral que as raças germânicas e eslavas traziam para o mundo, e o serviço que eles prestavam fazendo um contrapeso aos povos do Sul. Mas como explicar de outra forma, a não ser por uma estranha pequenez de visão as críticas que direciona a Justiniano a respeito dos gastos desse príncipe para aumentar para além a ação do Império? A grande política exterior custa sempre caro: Justiniano, para reerguer sua marinha e sustentar até a extremidade do mundo seu papel de soberano, foi obrigado a enormes sacrifícios: tudo isso parece a Procópio um efeito da resolução que o imperador havia tomado de *fazer passar as riquezas dos romanos*

aos bárbaros. Resoluto em criticar tudo, ele não desejava que se pactuasse com os inimigos de fora, e achava ruim que cobrassem impostos para combatê-los. Só pensar nos bárbaros o impacientava e retirava-lhe o senso; acreditava que fechando os olhos afastava os perigos que ameaçavam a ordem social em que se comprazia.

Esse espírito do fanariota desdenhoso, que não admite nada fora do pequeno mundo em que está habituado a viver, parece-me o traço essencial do caráter de Procópio. Sente-se que uma grande parte de sua antipatia por Justiniano e seu predecessor Justino vem porque tanto um como o outro representavam a intrusão dos eslavos e dos albaneses nos negócios de Bizâncio. Nascidos na Albânia, sabendo escrever com dificuldade e falando muito mal o grego, não tendo as maneiras delicadas da antiga classe aristocrática, esses imperadores bárbaros eram muito impopulares entre os gregos refinados de Constantinopla. Vemos por toda parte atrás de Procópio um pequeno cenáculo de descontentes, que os dois últimos reinados haviam vilipendiado as pretensões e ferido os instintos, e dos quais as confidências iam aumentar a caderneta secreta de onde surgiu a mais atroz vingança que havia meditado o orgulho dos patrícios feridos.

Da multidão de explicações aquela que busca a origem de toda oposição em um descontentamento pessoal é facilmente acolhida. Também os defensores de Justiniano atribuíram as calúnias de Procópio a uma desgraça ou aos desgostos de uma ambição decepcionada. Nada prova a realidade de tal suposição. A carreira de Procópio parece ter sido tão regular e tão honrada como pode ser uma carreira sob um governo despótico. Eu o imagino mais como um homem honesto, mas fraco, que foi servil a contragosto e que busca se reabilitar pela difamação. Sentimos nele um ódio sincero para o mal, um gosto natural pela ordem, mas um espírito limitado que aprecia toda coisa com preconceitos de camarilha. Suas críticas são bem mais críticas de casta do que críticas de interesse pessoal. Os homens pertencentes às classes habituadas a desempenhar um papel oficial escrevem em geral bastante mal a história do seu tempo. Sentem de maneira viva a injúria; mas não sabem de nenhuma maneira se esconder. Ao se acreditarem necessários ao espetáculo desse mundo e ao imaginarem que as coisas humanas não saberiam existir sem eles, pensam que fazem ato de abnegação quando

sacrificam seu orgulho para permanecer nos negócios. Depois, eles se vingam da humilhação com desdenho de fidalgo e com injusta severidade. É essa, confesso, a objeção que sempre estive tentado a fazer a Saint-Simon. Se seu século era tão mal como dizeis, se a estada na corte era tão humilhante, porque aí ficastes? Digo o mesmo de Procópio. Quando o sábio, que aceitou a obscuridade sem tristeza, desvela as fraquezas de seu século, acredito nele de bom grado. Mas um senador descontente que vem se queixar das humilhações que suportou, difamar o senhor ao qual serviu, dizer suas queixas porque esperou ser recebido entre os lacaios, porque um dos seus amigos foi ridicularizado pelos eunucos, porque um dia a imperatriz o recebeu de uma maneira rápida no meio de um bando de solicitantes, uma tal crítica para mim é um testemunho suspeito. Prova em um sentido geral contra o governo que o empregou, pois o próprio dos maus governos é humilhar aqueles que os servem; mas ele merece pouca confiança, pois o rancor mais implacável é aquele do orgulho ferido, e o homem que menos perdoa em seu século é aquele que, não tendo a coragem de renunciar ao mundo, vinga-se no mundo do menosprezo que sofreu.

Longe de nós essa complacente filosofia da história que, sob o pretexto do bem comum, sabe achar uma desculpa para todas as tiranias; mas evitemos também de aceitar sem controle o testemunho dos descontentes melindrados pela fatalidade dos tempos. O abuso no mundo resulta sempre de um privilégio, e o crime obrigado dos reformadores é de atingir os direitos consagrados. Os privilegiados atingidos por esses reformadores apresentam naturalmente como tiranos os soberanos que foram os promotores. Eles têm razão, pois a supressão dos direitos antigos não pode acontecer sem levar ao despotismo; mas têm falta de largueza de espírito, quando não veem que os direitos antigos com o tempo se tornam injustiça, e produzem um tecido de males tão prejudicial para o povo como o despotismo dos reformadores. A espécie humana na sua caminhada claudicante, avança apoiando-se alternativamente sobre duas dores: o privilégio que leva ao despotismo de vários, a reforma dos privilégios que leva ao despotismo de um só. Justiniano foi no mais alto grau o que podemos chamar de um soberano revolucionário. Diga o que for Procópio, estou persuadido que o cuidado desinteressado do bem o guiou em suas reformas. Mas para remediar o mal, cometeu um erro mais grave talvez do que o mal: substituiu sua vontade às

instituições; enfraqueceu todos os corpos, rebaixou os caracteres. Os homens elevados nos antigos princípios de dignidade pessoal, sem cessar humilhados diante dos funcionários e dos criados do imperador, perderam a estima deles mesmos. Permaneceu de pé somente o imperador e seu séquito, o palácio, uma espécie de Versalhes, onde se era asfixiado e onde as almas perdiam todo valor. O coração sangra ao ver as duas classes de homem dos quais deveríamos ter esperado alguma virtude e de honra, os bispos e os militares, de joelhos diante de Teodora, e esperando da sua servidão o aumento da sua fortuna. Que juntemos a isso uma administração intriguista e se envolvendo em tudo, uma centralização que suprimia todos os poderes intermediários entre o soberano e os seus súditos, teremos uma ideia do trasbordamento de intrigas no qual um regime assim teve que resultar e da importância colossal que os defeitos do espírito e os caprichos do soberano tomaram nos negócios do mundo.

Quanto aos costumes infames que Procópio atribui a Justiniano, são difíceis de serem conciliados com a sobriedade, a atividade incansável e o ardor para o trabalho que seu detrator não lhe nega. A verdade é, acredito, que sob essa relação como sob tantas outras, Justiniano foi um homem muito pouco delicado, mas não foi pior do que o seu século. O enfraquecimento do patriciado e o desaparecimento quase que total das ideias da nobreza hereditária haviam rebaixado a um grau inacreditável os costumes da alta na sociedade. O nascimento não valendo de mais nada para as mulheres, e o charme das qualidades morais sendo pouco compreendido em um século tão grosseiro, os homens ricos ou poderosos não eram mais guiados em suas uniões somente por apetites inferiores, e assim quase todos os casamentos importantes faziam através do teatro. Fez uma lei para proibir os senadores e os grandes dignitários de casarem com atrizes; o imperador foi o primeiro a violá-la. Essas mulheres conservavam em sua nova posição costumes detestáveis, e sua fortuna era um encorajamento público à aventura e à frivolidade.

Penso que há também algum exagero, mas um fundo real de verdade, no que Procópio nos diz sobre a tolice de Justiniano: foi um espírito sério e aplicado, mas pesado e grosseiro. Os exercícios de cavalo e os bailes parecem ter sido toda a sua literatura. Essas imperfeições teriam sido de pouco consequência em um

indivíduo comum; mas nos governos absolutos o gosto dos soberanos não é coisa indiferente, não é permitido àquele de quem as preferências são leis possuir esse tipo de literaturas que lhe agrada. A tolice encorajada pelo imperador fez enormes progressos. Para o cúmulo da infelicidade, ele resultou em um gosto desenfreado de controvérsias teológicas. Espírito reto e absoluto, Justiniano acreditava seriamente ter razão nesse tipo de matéria, e derramou por insignificantes subtilidades torrentes de sangue. A Ásia Menor, a mais bela região do mundo, tornou-se um deserto. Pode-se dizer sem exagero que nenhum soberano, nem mesmo Filipe II, ordenou tantos suplícios por suas razões religiosas. Severo, consciencioso à sua maneira, trouxe para a religião a ferocidade da lei antiga e a sombria devoção do perseguidor laico.

O trabalho de codificação, que é o principal título de glória de Justiniano, assinalava por ele mesmo uma decadência: esses trabalhos, asseguram as pessoas versadas em história da legislação, são sempre empreendidos só quando a geração dos grandes jurisconsultos está próxima a desaparecer. É certo, pelo menos, que as épocas de codificação não são sempre as mais bem dotadas de amor pela justiça e de sentimento moral. Jamais as instituições verdadeiramente políticas saíram de instituições judiciárias. Os magistrados, excelentes conservadores de algumas das garantias sociais, não sabem nem um pouco fundar as garantias políticas tampouco a liberdade.

Nada aliás é mais perigoso do que apreciar a força e a moral de um povo a partir da perfeição abstrata de seu Código. Se compararmos, no século VI, as legislações informes do mundo germânico e a legislação erudita de Bizâncio, à primeira vista a preferência não saberia ser duvidosa. De um lado, é a barbárie, o preço do assassinato, o preço das pessoas calculado em dinheiro, anomalias revoltantes do ponto de vista do que nós chamamos civilização, do outro, é o direito filosófico, universal, fundado sobre a razão absoluta. E, no entanto, não hesito em dizer: o direito germânico valia mais. Da organização bizantina surgiu um dos mais vergonhosos aviltamentos de que se tem notícia na História; do espírito germânico surgiu a verdadeira noção de dignidade humana pela consagração do indivíduo. O sangue tinha um preço entre os germânicos; ele não o tinha em Constantinopla. Mais vale para a liberdade o direito mais subordinado

do que a igualdade na sujeição. A pessoa da Idade-Média feudal sofria o privilégio, mas por sua vez ela o exercia. Tinha nesse privilégio uma propriedade inamissível, que a garantia contra todo poder humano. Cada homem possuía uma espécie de carta que transmitia como um domínio a seus filhos. O Estado, esse autocrata sem igual, que tem direitos contra todos e contra quem ninguém tem direitos, não existia ainda. Eis porque a Idade-Média feudal, da qual a legislação é, do ponto de vista filosófico, tão imperfeita, não teve nenhum tirano como Justiniano. Se um poder análogo àquele do César bizantino houvesse tentado aí se formar, os feudatários, os bispos, os abades, as comunas, os homens livres de toda espécie, mil direitos, em uma palavra, organizados contra aquele do soberano, ter-se-iam ligado em grupo. O Papa teria apoiado a liga; o tirano teria sido excomungado e preso logo nos seus primeiros passos.

Sem ser tão mal como gostaria Procópio, o século de Justiniano foi na realidade um século abominável. Sem ser demônios com rosto humano, Justiniano e Teodora foram soberanos muito ruins. A *História Secreta* fosse ela uma mentira de uma ponta a outra, sua existência sozinha seria uma prova documental irrefutável; pois, para que o ódio não tenha podido se satisfazer sem esse enorme refinamento de malícia, para que tenha chegado a esse medonho grau de concentração, foi preciso um despotismo verdadeiramente inaudito. Justiniano pode não ser culpado de todos os delitos dos quais o panfleto de Procópio o acusa: mas é culpado do aviltamento das almas e do servilismo que supõe essa obra prima do rancor e de hipocrisia. A verdade comprimida vinga-se pela calúnia: ela tem culpa sem dúvida: a perfeita sabedoria gostaria que fossemos justos com todos. Mas de quem é o erro? Daqueles que, suprimindo a liberdade, confessaram que tinham algo a esconder; daqueles que, falsificando a opinião, prestaram a aprovação suspeita e o mal só crível. A *História Secreta* é o castigo daqueles: a mentira do ódio serve de resposta à mentira da adulação. Havia um meio bem simples de prevenir um e outro, o respeito aos caracteres e à liberdade!

ITA DIIS PLACUIT